

CONTRADIÇÃO ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO/BRASIL: O RURAL E O URBANO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Debora Mendonça Silveira^{*}

Geisa Santos Simões^{**}

Cláudia do Carmo dos Santos Silva^{***}

Raquel Mendonça Silveira^{****}

Apresentação – O temário que será exposto neste trabalho apresenta dados iniciais da pesquisa em desenvolvimento voltada ao levantamento de questões referentes ao município de São Gonçalo e suas contradições espaciais. Para isso, elencamos a localidade de Monte Formoso como um estudo de caso, visto que nos proporciona o debate acerca da produção desigual do espaço, neste caso, a contradição rural-urbana, assim como identificar os interesses envolvidos na estrutura fundiária concentradora de terra. Além de promover o aprofundamento do debate relativo à propriedade e o direito à posse da terra e os demais direitos da população local.

Fundação de São Gonçalo - Um Breve Histórico

Devemos recorrer aos anos que fundam o período colonial brasileiro para traçar um breve histórico do município de São Gonçalo, onde a chegada de navios portugueses no litoral do Brasil possibilitou a entrada destes em terras gonçalenses. Conforme a datação histórica que se tem referência, o atual município de São Gonçalo, na época já habitado pelos Índios Tamoios, foi fundado em 6 de abril de 1579 pelo colonizador Gonçalo Gonçalves. O interesse se deu pela localização estratégica do território, visto que o município situa-se a leste da Baía de Guanabara.

O local exato da fundação de São Gonçalo, porém, é controverso. Alguns autores trabalham com a fundação deste à margem esquerda do rio Guaxindiba, enquanto outros consideram como local de sua fundação à margem do rio Suassunhão, depois conhecido como rio Imboassú.

Concordamos com a bibliografia de Maria Nelma Carvalho Braga (1998), quando afirma que o local mais provável de sua fundação situa-se às margens do rio Imboassú. Esse posicionamento decorreu pela proximidade de acesso a partir da Baía de Guanabara, e também, por termos registrado a origem da capelinha de São Gonçalo de Amarante aos marcos dos primeiros anos de colonização – 1579 (ano de fundação do município) – visto que esta se tornaria Paróquia em 30 de dezembro de 1643 e mais tarde seria conhecida como Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante. Além disso, tem-se o registro de que o fidalgo Gonçalo Gonçalves recebeu a provisão da sesmaria do Suassunhão, nela edificando uma capela em intenção a São Gonçalo D'Amarante. Esse entendimento ganha força quando percebemos, através da bibliografia consultada, que a indicação do local de fundação do município à margem do rio Guaxindiba se deve à intenção de Monsenhor Pizarro de valorizar suas terras, já que era dono de uma fazenda em Guaxindiba, tendo afirmado essa idéia em “Memórias Históricas do Rio de Janeiro” (1820-1822) de sua autoria.

Já em 1619, São Gonçalo, que inicialmente fez parte da capitania de São Vicente, passa a compor a capitania do Rio de Janeiro, que tinha sua extensão territorial iniciada na foz do rio Macaé (aproximadamente 120 quilômetros ao norte da Guanabara), chegando até a foz do rio Juqueriquerê, que nasce na serra do mesmo nome e deságua na baía de Caraguatatuba-SP (BUENO).

Dessa maneira, o território gonçalense abrangia os limites dos projetos de colonização para o Brasil, fazendo com que as atividades encontradas fossem voltadas tanto para a fixação nas terras quanto para sua exploração enquanto riquezas. Assim como em outras partes do território nacional, a produção agrícola será o principal elemento de exploração em São Gonçalo. Porém, essa atividade

* Geógrafa, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

** Advogada, Pós-Graduada em Direito da Administração Pública na Universidade Federal Fluminense.

*** Graduada em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**** Bióloga, Pós-Graduada em Ensino de Biologia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

não será mérito dos portugueses, visto que já era praticada pelos primeiros habitantes: Índios Tamoios.

A partir da sabedoria indígena os colonizadores conheceram novas formas de manejar a terra, prosseguindo no cultivo de raízes como inhame e aipim e criação de pequenos animais.

Para que o processo de comercialização fosse eficiente os colonizadores introduziram novos gêneros à produção, como cana-de-açúcar (produto de maior valor comercial da época), laranja, café, farinha, madeira e outros. A cerâmica, que também passou a ser desenvolvida a partir da prática indígena, posteriormente se tornaria um produto de grande interesse industrial.

No entanto, foi o açúcar que despertou maior interesse econômico dos produtores, pois o mercado europeu, à procura deste gênero, vinha abrindo as portas para o enriquecimento dos exploradores.

Além da possibilidade de enriquecimento, o açúcar se tornava um alicerce de legitimação tanto da concentração fundiária como política, visto que o processo colonizador trouxe a marca do latifúndio e da exploração do trabalho, no qual o poder político se encontrava nas mãos de poucos.

Será a partir de uma concentração de poderes locais, atrelados às demandas políticas de homogeneização do território brasileiro, que se configurarão a formação de uma elite de proprietários de terra mantenedora de uma estrutura social e econômica até hoje presente.

O Município de São Gonçalo na Dinâmica Econômica Nacional

O município de São Gonçalo situa-se a leste da Baía de Guanabara, tendo como limites os municípios de Niterói, Itaboraí e Maricá, localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – RMRJ.

A partir do mapa abaixo percebemos que a localização do município foi primordial para atrair interesses econômicos e políticos desde a história de exploração do território brasileiro. Tanto a posição geográfica como a formação natural (o litoral com grande densidade fluvial) contribuíram para a entrada dos exploradores, tornando-se a principal rota de chegada. (fig.1)



Fig.1: Estado do Rio de Janeiro. Fonte: site www.pmsg.rj.gov.br

Assim, o espaço gonçalense entraria na dinâmica exploração-exportação, a partir de atividades agrícolas com consequente construção de indústrias. Podemos perceber tal fator quando elencamos os inúmeros portos construídos, dentre os mais importantes: Porto de Neves; Porto Velho; Porto da Madame; Porto da Pedra; Porto Novo; Porto do Rosa e Porto de Guaxindiba.

Com a construção dos ramais da estrada de ferro Leopoldina, ganha força no município o processo de integração, ou seja, a ligação do interior com o litoral é facilitada através da conexão ferroviária-portos. Com isso, o escoamento da produção dos gêneros agrícolas, que vinha sendo o

principal motor da economia local, tornou-se mais eficiente.

As mercadorias advindas de São Gonçalo estariam destinadas à Metrópole do Rio de Janeiro, a fim de mover o crescente processo de urbanização, e à Europa. Já nesse momento percebemos que a relação de trocas entre essas duas áreas (Colônia-Metrópole) se fazia de forma subordinada. Ou seja, a metrópole como centralizadora de poderes políticos e econômicos, e a colônia responsável pela produção dessas mercadorias, num primeiro processo de formação da dinâmica regional centro-periferia.

Já em 1800 veríamos uma forte concentração de terras nas mãos das elites econômicas locais, sendo os elementos mais importantes as fazendas do Engenho Novo e Jacaré, de propriedade do Barão de São Gonçalo – Belarmino Ricardo Siqueira, o cemitério de Pachecos, e a propriedade do Conde Baurepaire Rohan, situada na Covanca (PERES, 2008).

O alicerce de legitimação dessas elites estaria baseado na concentração de terras; na produção para exportação (Rio de Janeiro e Europa) e; no trabalho escravo. Como já mencionado, a base econômica da Metrópole-Colônia centrava-se na produção da cana-de-açúcar, onde São Gonçalo, desde o século XVII, apresentava uma participação expressiva no cenário nacional, também contribuindo para que o Brasil desempenhasse um papel significativo em âmbito internacional.

Por volta de 1860, São Gonçalo contava com aproximadamente trinta engenhos (dentre eles Engenho Novo, Engenho do Roçado, Engenho Pequeno, Engenho do Colubandê) para a produção do açúcar, exportando através do Porto de Guaxindiba, Porto do Rosa, Porto Novo e Porto Velho, atualmente nomes de bairros.

Neste mesmo período (1890) São Gonçalo deixou de ser considerado Vila sendo elevado pela primeira vez à categoria de Município, e posteriormente (1892) passou à Cidade, permanecendo assim até 1923, quando retornou à categoria de Vila. Em 1929, São Gonçalo definitivamente passa a ser reconhecido como Cidade.

Sabemos que a agricultura, principal atividade desenvolvida em São Gonçalo desde os períodos colonial e imperial, veio perdendo força para a indústria, que ganhou, na República, grande destaque nos projetos de desenvolvimento econômico, tornando-se alvo do processo de urbanização-industrialização nacional.

O momento de maior ascensão industrial em São Gonçalo foi entre os anos de 1940 e 1960, com a instalação de grandes indústrias exportadoras de mercadoria, tais como: Companhia Nacional de Cimento Portland (Mauá); Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas (Hime); Companhia Brasileira de Fósforos (Fiat Lux); Companhia Eletro Química Fluminense; Companhia S/A Composições “Internacional” do Brasil; Indústrias Reunidas Mauá S/A, Conserva de Sardinhas Coqueiro S/A; Conserva Rubi S/A; Companhia Nacional de Explosivos S/A, Fábrica de Formicida; Companhia Brasileira de Vidro Plano S/A e Fábrica de Bebidas Rum Merino S/A.

Ainda nesse momento (1946), tivemos a construção da RJ-106, atual rodovia Amaral Peixoto, ligando a Região Metropolitana à Região dos Lagos, já que os incentivos federais em favor do desenvolvimento industrial pós-30 implanta indústrias em diversas áreas do Estado. Porém, foi na Região Metropolitana que tivemos a concentração destas.

Um outro dado a ser considerado neste período é o intenso fluxo migratório ocorrido na região. O principal movimento foi sentido Nordeste-Sudeste (basicamente São Paulo e Rio de Janeiro), mas também percebemos a intensidade da migração intra-regional, com saída de pessoas dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo em direção a São Paulo e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O importante a se destacar nesse movimento populacional é o fato de serem os migrantes, em sua grande maioria, oriundos do campo e se destinando às cidades. Ou seja, a lógica de desenvolvimento baseado na indústria leva ao campo a agro-indústria e a chamada “mecanização do campo”, dificultando a manutenção da população no meio rural.

Podemos dizer que o período pós-30 marca o chamado “modelo brasileiro de capitalismo industrial”, com as instalações de indústrias inicialmente de Base, e a construção de rodovias para integração intra e inter-regionais.

No caso gonçalense, temos a já falada construção da rodovia estadual (RJ-106), utilizando-se de antigas estradas antes voltadas para ligação comercial de produtos agrícolas e, agora, preocupada em atender às demandas do capital industrial – primeiro momento do processo de industrialização brasileira.

A economia brasileira neste momento encontrava dificuldades em atender a crescente demanda de produtos, associado à crise do café, já que se tornara o único gênero de destaque na exportação e que não mais despertava grande interesse no mercado externo. Isso porque a produção e a comercialização do café foram a base da economia brasileira durante longos anos da história, proporcionando a formação de oligarquias locais e nacionais, num movimento de conformações territoriais e trabalhistas específicas, já que demandavam extensas áreas para o cultivo e um grande contingente de trabalhadores.

A partir desse cenário crítico veremos a introdução no Governo Getúlio Vargas do chamado “modelo de substituição de importações”, a fim de ingressar a indústria como base capitalista do desenvolvimento nacional, resolvendo o antagonismo entre produção/comercialização dos produtos agrícolas e industriais e, ao mesmo tempo, promovendo a integração do território brasileiro.

Porém, será no ano de 1956 que a indústria participará de maneira predominante na economia nacional, superando em renda a agricultura. Segundo Oliveira,

[...] a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se, em suma, de introduzir um novo modelo de acumulação, qualitativo e quantitativamente distinto, que dependerá substantivamente de uma *realização parcial interna crescente*. (2003, pg. 35).

Em escala regional, no caso da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, o processo de acirramento desse modelo urbano-industrial traz significativas transformações sociais e econômicas.

Como visto anteriormente, no município de São Gonçalo o auge da industrialização foi entre 1940 e 1960, chegando a ser chamado de “Manchester fluminense” por ter se tornado destino de inúmeras indústrias nacionais e internacionais.

Porém, no início da década de 1960, São Gonçalo perde o título de “Manchester fluminense”, tendo sua população ativa se deslocado para outros municípios (principalmente Niterói e Rio de Janeiro) e passa a ser denominada “cidade-dormitório”.

A partir de 1974, com a inauguração da Ponte Rio-Niterói e, em seguida, da BR-101 (trecho Niterói-Manilha), ocorreu um significativo fluxo migratório em direção ao município de São Gonçalo, tendo Alcântara como o centro comercial mais expressivo no setor de serviços. Importante ressaltar que rodovia RJ-104, presente no município desde a década de 1950, também facilitou tal deslocamento, ligando Niterói ao Distrito de Manilha, em Itaboraí, passando por São Gonçalo.

Ainda que o município de São Gonçalo tenha alguns representantes do setor industrial, como o laboratório B. Braun, a Eletro Vidro e a Quaker Alimentos S.A., e, ainda, intensa atividade comercial em Alcântara, a massa trabalhadora não encontra diversificação para a participação na economia municipal, tendo que se deslocar para outros municípios.

Dessa forma, o município de São Gonçalo, assim como outros da RMRJ, entrará no processo de especulação imobiliária através do loteamento urbano, tornando-se o principal projeto político do município. Temos como exemplos os loteamentos de Bom Retiro e Jardim Catarina, considerado o maior da América Latina.

A não diversificação de atividades econômicas no município de São Gonçalo se contrasta com sua capacidade de abarcar projetos voltados ao setor agrícola, visto que apresenta vasta extensão territorial (251 km²), com áreas propícias para o desenvolvimento dessa atividade, havendo localidades em que a população se reproduz através da agricultura, ainda que de maneira restrita.

O Caso de Monte Formoso

De acordo com dados disponíveis pela Prefeitura de São Gonçalo (2005), o município apresenta noventa bairros, os quais são distribuídos em cinco distritos (fig. 2 e 3).



Fig. 2 – Distritos do Município de São Gonçalo. Fonte: www.pmsg.rj.gov.br

Primeiro Distrito: sede de São Gonçalo

Segundo Distrito: Ipiúba

Terceiro Distrito: Monjolos

Quarto Distrito: Neves

Quinto Distrito: Sete Pontes

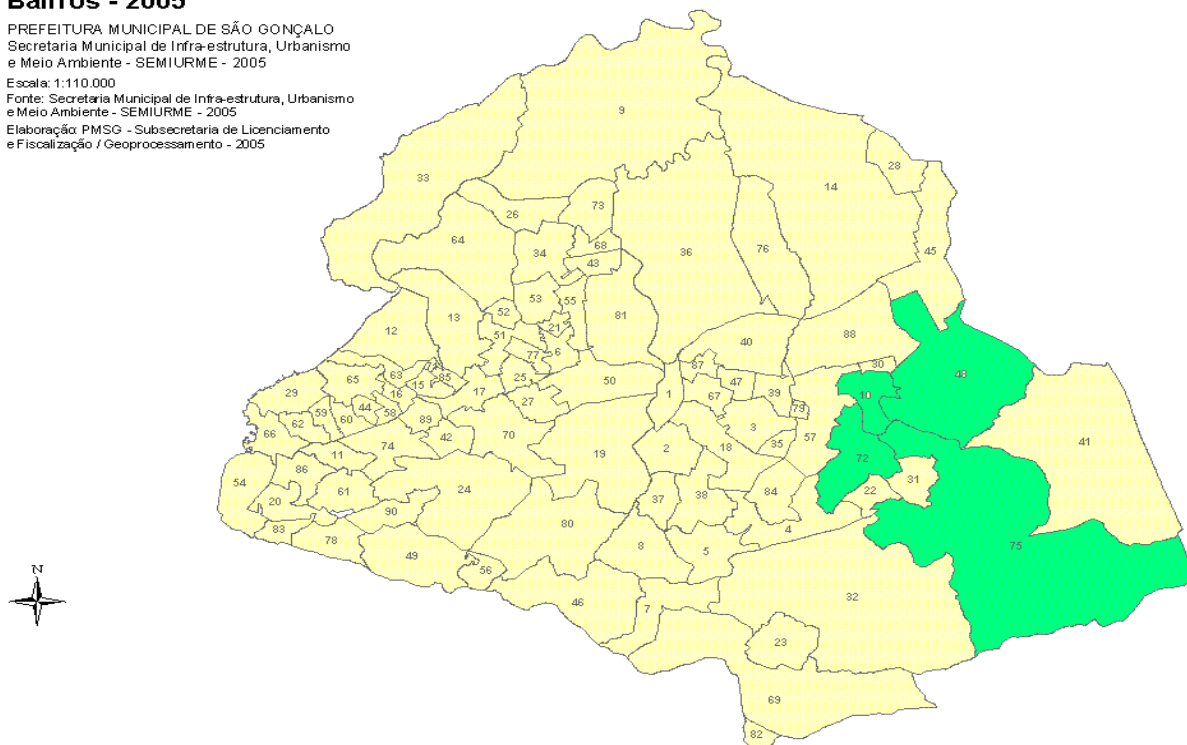
Bairros - 2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Urbanismo
e Meio Ambiente - SEMIURME - 2005

Escala: 1:110.000

Fonte: Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Urbanismo
e Meio Ambiente - SEMIURME - 2005

Elaboração: PMSG - Subsecretaria de Licenciamento
e Fiscalização / Geoprocessamento - 2005



Legenda:

1. Alcântara	25. Estrela do Norte	49. Morro do Castro	73. Salgueiro
2. Almerinda	26. Fazenda dos Mineiros	50. Mutondo	74. Santa Catarina
3. Amendoeira	27. Galo Branco	51. Mutuá	75. Santa Izabel
4. Anaia Grande	28. Gebara	52. Mutuaguaçu	76. Santa Luzia
5. Anaia Pequeno	29. Gradim	53. Mutuapira	77. São Miguel
6. Antonina	30. Guarani	54. Neves	78. Tenente Jardim
7. Arrastão	31. Ieda	55. Nova Cidade	79. Tiradentes
8. Arsenal	32. Ipiíba	56. Novo México	80. Tribobó
9. Bairro Palmeiras	33. Itaoca	57. Pacheco	81. Trindade
10. Barracão	34. Itaúna	58. Parada 40	82. Várzea das Moças
11. Barro Vermelho	35. Jardim Amendoeira	59. Paraíso	83. Venda da Cruz
12. Boa Vista	36. Jardim Catarina	60. Patronato	84. Vila Candoza
13. Boaçú	37. Jardim Nova República	61. Pita	85. Vila Iara
14. Bom Retiro	38. Jockey	62. Porto da Madame	86. Vila Lage
15. Brasilândia	39. Lagoinha	63. Porto da Pedra	87. Vila Três
16. Camarão	40. Laranjal	64. Porto do Rosa	88. Vista Alegre
17. Centro	41. Largo da Idéia	65. Porto Novo	89. Zé Garoto
18. Coelho	42. Lindo Parque	66. Porto Velho	90. Zumbi
19. Colubandê	43. Luiz Caçador	67. Raul Veiga	
20. Covanca	44. Mangueira	68. Recanto das Acácias	
21. Cruzeiro do Sul	45. Marambaia	69. Rio do Ouro	
22. Eliane	46. Maria Paula	70. Rocha	
23. Engenho do Roçado	47. Miriambi	71. Rosane	
24. Engenho Pequeno	48. Monjolos	72. Sacramento	

Fig. 3 – Bairros do Município de São Gonçalo. Fonte: www.pmsg.rj.gov.br

A localidade denominada Monte Formoso situa-se na interseção dos bairros de Sacramento (72), Santa Izabel (75) e Barracão (10), 2º e 3º distritos do município de São Gonçalo. Essa área é conhecida historicamente por estar inserida na extensão da Fazenda Engenho Novo do Retiro, pertencente ao Barão de São Gonçalo.¹

¹ Belarmino Ricardo Siqueira – o Barão de São Gonçalo –, bastante reconhecido nos meios político, econômico e social,

Ao ser instalada a Fazenda Engenho Novo do Retiro era exercida a agricultura de cana-de-açúcar (para produção de açúcar e aguardente para exportação), aipim e laranja. Essa localidade recebeu grande contingente de mão-de-obra escrava, demanda da lavoura de cana. Durante todo o século XVII foi a cana-de-açúcar o gênero agrícola que mais atraiu incentivos e interesses para a produção em Monte Formoso, assim como na maior parte do território brasileiro. Os demais produtos serviam de subsistência à mão-de-obra escrava.

Apesar de encontrarmos tais atividades agrícolas na localidade, não veríamos grande participação econômica da área, já que São Gonçalo, nesta época, contava com inúmeros engenhos voltados para produção em larga escala. Porém, a relação entre o montante da produção e a quantidade de pessoas envolvidas nesta atividade é inversamente proporcional. Tal característica está relacionada à tentativa da Fazenda na criação de um pólo produtor de importância.

Já no século XVIII, vemos a decadência da cana-de-açúcar. Dessa maneira, as terras antes produtoras do gênero passam por uma profunda crise, devendo adaptar-se a novas formas econômicas.

Nesse período as extensas áreas que pertenciam a Fazenda Engenho Novo do Retiro, encontram-se com uma forte presença de população negra escrava e, devido à crise do açúcar, já não atraía interesses voltados às atividades agrícolas. Percebemos nesse momento a forte presença da produção de gêneros alimentícios para subsistência, como forma da população permanecer na área. Ligado à agricultura de subsistência, o gado representava um meio de demarcação da propriedade, por apresentar essa localidade grande extensão territorial e uma forte centralização do poder político.

A partir da crise do açúcar, foi o gado o principal elemento de manutenção da estrutura fundiária, onde a concentração de terras passa a ser o alicerce de legitimação política. Com isso, a região passará por diversos momentos no tocante à sua participação econômica no município. Se em outros momentos, a região era atraente pelo seu potencial agrícola (terras e mão-de-obra disponíveis), ela passa a atrair pela desvalorização do solo, já que o local não contava com eficiente meio de transporte, e era isolado do conjunto do município. Fato que se fortaleceu com a República, que trazia o modelo urbano-industrial como projeto de desenvolvimento nacional.

Tal característica é perceptível atualmente, tendo essa região sido denominada de diferentes maneiras, de acordo com os interesses políticos-administrativos vigentes. Até o ano de 1960 era reconhecida no município de São Gonçalo a existência de zonas rurais. Porém, em 1962, o Prefeito de São Gonçalo – Jeremias Mattos Fontes – deliberou no sentido de que “todo o território do município de São Gonçalo é urbano” (art. 1º da Deliberação 370), o que inclui a área conhecida como Monte Formoso.

Não obstante esse ato do Prefeito, verificamos que a localidade referente à Fazenda Engenho Novo do Retiro, onde está inserido Monte Formoso, nunca deixou de apresentar características de zona rural, havendo ainda o exercício da agricultura, mesmo que de maneira menos expressiva, para a produção de gêneros alimentícios de subsistência.

Assim, em 1990², a Lei Orgânica de São Gonçalo resgatou as áreas rurais do município³, tratando especificamente das políticas agrária e agrícola no Capítulo III do Título VI. Nos termos do artigo 143,

Art. 143. O Poder Público Municipal promoverá, sempre que possível, o desenvolvimento do setor rural, com prioridade à fixação do homem no campo, à produção de alimentos para o abastecimento regional, à redistribuição justa da propriedade e à reconstrução e preservação do meio ambiente.

também era proprietário de terras no Rio de Janeiro, Niterói e Araruama. No Município de São Gonçalo, além da Fazenda Engenho Novo do Retiro, era proprietário da Fazenda do Jacaré, que abrangia o que hoje se conhece como os bairros Patronato e Porto Novo.

² Na década de 1990 também foi desapropriada pelo governo a Fazenda Engenho Novo do Retiro, posteriormente tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³ Importante registrar que, segundo dados oficiais – Censo Demográfico 2000, o número de pessoas residentes em área rural do Município de São Gonçalo equivale a zero.

Parágrafo único - Para garantir estes direitos, incumbe ao Poder Público, sempre que possível:

- a) instituir órgão na administração Municipal que trate especificamente desta matéria;*
- b) consolidar as atuais zonas de uso predominantemente rural bem como outras que o Plano Diretor indicar.*

De acordo com a Lei Municipal nº 065/1991 – Plano Diretor de São Gonçalo –, os bairros de Sacramento, Santa Izabel e Barracão, onde está situado Monte Formoso, são classificados como “Áreas Periféricas do Interior” (art. 5º), sendo prevista, ainda, em seu art. 1º, a necessidade de “políticas diferenciadas de atuação sobre as diferentes áreas do município”.

Todavia, atualmente, é possível constatar em Monte Formoso a ausência de planejamento por parte do Governo, além da falta de incentivos para o exercício da agricultura ou até de atividades tipicamente urbanas, não apresentando infra-estrutura no que diz respeito à educação, transporte, saúde, saneamento básico, energia elétrica, lazer, entre outros serviços essenciais à grande população que ali reside.

Diante disso, verifica-se que tal situação contribui no processo de especulação imobiliária crescente na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo nas mãos dos poderes políticos públicos e privados, de modo que esses poderes se confundam quanto às atuações empreendidas no território.

O estudo do caso de Monte Formoso foi pensado a partir da verificação de desigualdades entre projetos públicos e privados existentes no município de São Gonçalo e a consequente precarização das relações sociais, e contou com a realização de duas visitas de campo na região.

Importante deixar claro que esse ensaio se baseia na tentativa de aprofundar o debate acerca da produção desigual do espaço (no caso, a contradição rural-urbana), bem como a análise dos interesses envolvidos na estrutura fundiária e dos direitos relativos à reprodução da vida da população local e à posse das suas terras, buscando garantir a todos as condições mínimas necessárias a uma vida digna seja nos centros urbanos seja nas zonas rurais, de modo a conferir efetividade aos direitos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

Abaixo disponibilizamos algumas fotos do local objeto desta pesquisa.



Principais vias de acesso a Monte Formoso (Alcântara – Santa Izabel)





Acima, extensa área demarcada com a presença do gado.
Abaixo, área de posseiros nas adjacências da propriedade da figura anterior.



Abaixo, construções abandonadas.





Bibliografia:

ALENTEJANO, Paulo R. R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ: 1997.

_____. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro*. **Textos CPDA**, n.3. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ: setembro/1998.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro: 1945.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *Conhecendo meu Município: A História e a Geografia de São Gonçalo*. Parceria Editorial: 2000.

_____. *O município de São Gonçalo e sua história*. Falcão: 1998.

BUENO, Eduardo. *Capitães do Brasil – a saga dos primeiros colonizadores*. Coleção Terra Brasilis, v. III.

Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04 fev de 2009, 16:43.

Jornal Rural – A voz do campo. 2004-, 9 v.

Lei n.º 065/1991. Institui o Plano Diretor da Cidade de São Gonçalo. Disponível em: <www.pmsg.rj.gov.br>. Acesso em: 04 fev de 2009, 08:10.

Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990. Edinal, São Gonçalo: 1990.

Mapas do Município de São Gonçalo. Disponível em: <www.pmsg.rj.gov.br>. Acesso em: 04 fev de 2009, 11:02.

MOLINA, Evadyr & **SILVA**, Salvador Mata e. *São Gonçalo no Século XVI*. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Rio de Janeiro: 1995.

_____. *São Gonçalo no Século XVII*. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, Rio de Janeiro: 1997.

_____. *São Gonçalo no Século XVIII*. Edições Muiraquitã, Rio de Janeiro: 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornotorrinco*. Boitempo Editorial, São Paulo: 2003.

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário História Geografia Estatística IBGE*. São Gonçalo: 1940.

PERES, Eriberto. *Eureka Guia de Ruas Município de São Gonçalo*. 4ª ed. Eriberto Peres Editora, São Gonçalo: 2008.

Revista Município do Brasil. Edinal., 1989-. 15 v.

SILVA, Luciano Hermes *Concentração Fundiária na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: nexos entre o agrário e o urbano na produção desigual do espaço*. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de; FREIRE, Adolfo Guichard; RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Désirée Guichard; BATISTA NETO, José Antônio; AMARAL, Luis César Perucci do (orgs.) *Anais do Seminário Nacional Região Metropolitana: Governo, Sociedade e Território*, 1ª ed., São Gonçalo: 2003.

SILVA, Salvador Mata e. *Nobreza Gonçalense*. Gráfica do Colégio Salesiano, Niterói: 1990.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói*. 2ª ed., Fundação Niteroiense de Artes, Niterói: 1993.

VARELLA, Marcos Vinícius Macedo & **FILHA**, Nilda Ferreira Mendes. *São Gonçalo Suas Histórias e Seus Monumentos*. São Gonçalo.